

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Número 27 – 5 de Dezembro de 2001

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)
Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

O material pode ser reproduzido
livremente, mencionando a fonte

Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a África

Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam
Tel: +31 (20) 524 56 78 ; Fax: +31 (20) 622 01 30
e-mail: awepa@antenna.nl

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 (1) 41 86 03, 41 86 08, 41 86 26 Fax: +258 (1) 41 86 04
e-mail: awepamz@zebra.uem.mz

Impasse sobre leis eleitorais ameaça as eleições locais de 2003

A incapacidade de avançar com as revisões das leis eleitorais está a provocar questões sérias sobre a possibilidade de preparar adequadamente as eleições locais de 2003. Torna-se agora muito difícil fazer aprovar a lei a tempo de organizar uma actualização do registo de eleitores, levantando de novo o espectro da confusão e boicote que criou tantos problemas nas eleições locais de 1998.

O trabalho da Comissão Ad-hoc para a Revisão da Legislação Eleitoral está totalmente paralisado. Não tem havido negociações importantes dentro da Comissão e nem a Frelimo nem a Renamo parecem interessados em romper o impasse

Há quatro leis que precisam de ser revistas e a Comissão Ad-Hoc planeava terminar as primeiras propostas pelos finais de Novembro, para permitir consulta pública em Fevereiro de 2002 e a apresentação formal na próxima sessão da AR, em Março. Até agora a comissão concordou apenas em sete artigos da primeira lei e só discutiu 18 artigos de um total de 424, apesar de mais de 50 reuniões – bem como cinco grupos de três deputados cada um, visitando todas as províncias para auscultar pontos de vista.

A desconfiança mútua entre a Frelimo e a Renamo em questões eleitorais continua muito forte e ambos os lados parecem ter medo de fazer quaisquer concessões. A Renamo apega-se a exigências maximalistas enquanto a Frelimo recusa mudanças no actual sistema porque receia que elas possam ser vistas como o reconhecimento de que houve problemas com as eleições de 1999.

A Renamo quer grandes mudanças na lei enquanto a Frelimo apenas quer aceitar revisões menores. O presidente da Comissão Ad-Hoc, Alfredo Gamito, antigo ministro da Administração Estatal, argumenta

que a comissão não tem capacidade para fazer mudanças grandes na redacção. A sugestão dele é que os quatro juristas da comissão (dois de cada lado) se sentem e tentem harmonizar as propostas, mas a Renamo não aceita. É possível que ele proponha agora que se contrate um grupo técnico de consultores para redigir propostas dos dois lados e sublinhar consensos e diferenças.

No fim de Dezembro pode vir a ter lugar uma tentativa de quebrar o impasse, quando se propuser cerca de 40 deputados participarem numa reunião de um dia organizada pelo Instituto Eleitoral da África Austral, EISA. Ainda se estão a estudar os mecanismos. Podem envolver facilitadores em projecção de cenários, uma técnica usada na África do Sul e no Congo para dar a imagem das implicações das posições tomadas pelas várias partes. Ou pode tomar a forma de um seminário sobre administração de eleições em outros países.

Tem havido um grande afluxo de delegações estrangeiras tentando mediar ou encorajar o diálogo entre a Renamo e a Frelimo, mas isto até agora parece ter sido contraprodutivo. Por ser encarado como pressão internacional e acaba por levar os dois lados a tomarem posições ainda mais rígidas. O EISA pode ser melhor aceite porque vem de África, embora o facto de ser baseado em Joanesburgo faça levantar suspeitas em algumas pessoas.

Parece não haver nenhum interesse em qualquer dos dois lados em retomar as conversações Chissano-Dhlakama que foram interrompidas no início deste ano. Isto significa que o impasse tem de ser resolvido a níveis mais baixos.

O presidente da Comissão, Alfredo Gamito, pensa que ainda há tempo para resolver os problemas e que se a Comissão trabalhar a tempo inteiro durante cinco meses no ano que vem, enquanto a AR não está em sessão, seria possível apresentar uma proposta de lei a uma sessão especial da AR em Outubro de 2002. Isto ainda daria tempo suficiente para se fazer o registo e a seguir as eleições autárquicas de 2003. Mas isso exige que haja vontade política para andar em frente.

O que está em disputa?

O impasse é o mesmo que afectou todos os debates sobre o processo eleitoral – a composição e o funcionamento da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e seus órgãos subordinados. A Renamo continua a exigir “paridade”, isto é, que a CNE tenha igual número de membros da Frelimo e da oposição, com um presidente neutro. A Frelimo responde mantendo o actual sistema de “proporcionalidade”, isto é, que o número de membros deve estar na proporção do número de assentos na AR, que o governo deve designar também pelo menos um membro, e que o presidente da CNE devia ser escolhido pelo Presidente da República.

Ligado com isto está o pedido da Renamo para tomada das decisões por consenso enquanto a Frelimo quer simplesmente a maioria de votos. O consenso daria a cada membro individual a capacidade de bloquear a tomada de decisão e paralisar a CNE. Tanto nas eleições de 1994 como nas de 1999, membros da Renamo na CNE tentaram bloquear decisões urgentes. Mas as decisões por maioria no sistema de proporcionalidade permitiriam à Frelimo e membros designados pelo governo, ignorar simplesmente preocupações legítimas da Renamo.

A Renamo insiste em que o sistema seja copiado aos níveis mais baixos, tendo as comissões provinciais e distritais igualmente 11 membros cada uma. A total desconfiança da Renamo em relação à Frelimo e ao Governo, está patente também na sua exigência de que o regimento da CNE seja incorporado na lei e que a actual lei de 26 artigos seja substituída por uma nova de 150 artigos.

Há porém duas áreas em que parece haver um certo grau de entendimento. A Renamo quis sempre uma CNE mais alargada, tendo inicialmente proposto 23 membros quando a Frelimo propunha 13. Esta diferença foi agora aproximada para 19 contra 17. A outra área de preocupação é o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, STAE. No sistema actual a CNE só funciona durante os períodos de registo e de eleições e quando a CNE não está a funcionar, o STAE é um departamento do governo. Isto para a Renamo não é aceitável e há agora concordância em que a

CNE precisa de algum tipo de permanência e que o STAE devia ser sempre parte da CNE.

Mais grave é a exigência da Renamo de que o STAE deve ser politizado. A Renamo diz que devia haver um director não partidário, mas a todos os níveis mais abaixo na hierarquia, o pessoal devia ser designado pelo partido e que, se um supervisor pertence a um partido, o do nível a seguir devia ser do outro e por aí adiante. Isto devia ser igualmente replicado aos níveis provincial e distrital.

A Renamo argumenta que a história do monopartidarismo até 1994 significa que todos os funcionários são da Frelimo e não se pode confiar neles para gerir uma eleição. É óbvio que há uma certa lealdade à Frelimo em alguns sectores do funcionalismo público. Mas no Norte muitos funcionários públicos apoiam a Renamo e a maior parte dos funcionários não são activistas por nenhum dos partidos. Na prática, seria impossível à Renamo encontrar membros do partido com capacidade técnica em número suficiente para preencher todos os postos relevantes do STAE.

É evidente que é preciso encontrar alguma maneira de manter o STAE como um secretariado *técnico*, e ao mesmo tempo garantir uma supervisão adequada para evitar parcialidade partidária.

Commentário Técnico ou político?

Há um largo consenso de que deviam ser feitas algumas melhorias técnicas nas leis eleitorais, que há questões como a do registo que precisam de mais discussão e que há um certo número de erros e inconsistências que precisam de ser resolvidos. Mas a pedido da Renamo, a Comissão Ad-hoc decidiu começar com a da CNE tentando resolver as questões políticas contenciosas antes de passar para as questões técnicas. Isto levou a um impasse que significa que há uma solução política mas pode já não haver tempo suficiente para resolver os problemas técnicos. Já aconteceu antes e é uma das razões porque surgiram os mesmos problemas tanto em 1994 como em 1999.

É claro que problemas políticos e técnicos estão estreitamente ligados. Começando com as questões técnicas, podia ter sido um processo de construção de confiança que podia tornar mais fáceis as posteriores discussões políticas.

Transparência é uma solução técnica mas é um problema político. Se os relatórios das reuniões da CNE fossem publicados, teria sido mais difícil para a Renamo complicar e mais difícil à Frelimo passar por cima de preocupações legítimas da Renamo, porque isto passava a ser público. Com este tipo de controlo, a actual composição da CNE e as suas regras de tomada de decisões tornar-se-iam menos importantes, porque o mau comportamento de cada uma das partes seria público. Todavia ambos os lados preferem o secretismo e querem ter a capacidade de manipular o processo

sem ninguém saber, e querem ter a capacidade de culpar o outro lado não tendo a imprensa nenhum meio de verificar quem tem razão. Uma vez que ambas as partes preferem o secretismo, torna-se mais importante a questão do consenso e a questão da partidização dos membros.

Igualmente há toda uma série de mudanças técnicas, propostas no número anterior do *Boletim* (Nº 26, 10 de Abril de 2001) e por outras organizações, que reduziram o número de erros e tornariam mais transparente o processo de contagem. Mas nenhum dos partidos parece interessado em concordar com mudanças que abram mais o processo aos órgãos de informação e observadores nacionais e internacionais.

Talvez os dois lados tenham receio de por à vista as suas próprias insuficiências. Isto ocorreu em 1999 com a computerização, onde ambos os lados fizeram má figura. O elemento designado pelo governo falhou na tarefa de verificar os sistemas de computador das províncias e o cumprimento dos prazos. Por seu lado, apesar dos protestos repetidos, a Renamo foi incapaz de encontrar peritos de computador que pudessem fazer críticas coerentes ou explicar os problemas que a Renamo dizia existirem.

Apesar da Renamo não ter conseguido colocar no terreno pessoas suficientes em 1999 – não encontrou o número necessário de pessoas, habilitadas para os postos séniores vagos nem encontrou pessoas suficientes com instrução básica para poderem ser delegados de lista – este partido continua convencido de que se tiver bastante gente sua em todos os níveis do processo, é capaz de impedir a Frelimo de fazer fraude. Por exemplo, as suas exigências de 11 membros para as comissões eleitorais de distrito significam que tem de encontrar cinco pessoas em

cada um dos 151 distritos e cidades – isto é 755 pessoas capacitadas que sabem ler e escrever e que seriam excluídas de participar nas actividades eleitorais da Renamo. Uma máquina eleitoral cada vez mais complexa vai possivelmente criar mais, e não menos, oportunidades para manipulação. Assim as exigências da Renamo parecem ser contraproduativas.

Todavia, há uma exigência da Renamo que responde directamente ao problema da falta de pessoas. Cada posto de voto conta os seus próprios votos. Os resultados são resumidos num edital que é afixado no posto e submetido ao nível mais alto para ser incluído na contagem provincial. Os delegados de lista são encorajados a copiar os resultados e a submetê-los à delegação do partido do distrito ou da província, de modo a que o partido faça uma contagem paralela. A Renamo reconhece que uma falha no passado foi o facto de delegados de lista analfabetos não terem escrito os resultados e agora exige que o presidente da estação de voto escreva uma cópia do edital para cada um dos delegados de lista presentes de modo a que os partidos possam recolher juntos as cópias oficiais dos resultados de cada posto de voto. Esta é uma exigência sensata e uma resposta técnica racional a um problema real. Ambos os lados deviam aceitar esta proposta e depois avançar para ver se não haverá outras formas técnicas de responder às preocupações da Renamo.

Se forem criados suficientes mecanismos de verificação deste tipo, a Renamo pode chegar à conclusão que as suas exigências de partidização do STAE e a criação de um sistema inviável de decisões por consenso na CNE, passam a ser menos importantes e uma solução política poderia ser mais fácil. (JH)

Mais senso e consenso na Assembleia da República

A Assembleia da República regressou ao seu edifício agora renovado, o que condiz com uma nova atitude, mais produtiva, por parte dos deputados. A Renamo acabou com os distúrbios que ocorreram no princípio deste ano. Mas mais importante do que isso foi a decisão de consenso entre as chefias das duas bancadas, para mudar o regimento da AR.

Estas mudanças entraram em vigor na presente sessão e significam que a Assembleia da República a partir de agora só debate em plenário as leis em geral, enquanto as revisões detalhadas são entregues às comissões. Anteriormente a assembleia inteira debatia as propostas linha por linha, o que fazia com que os deputados aborrecidos fizessem comentários fora da ordem. Nesta sessão os discursos foram mais sérios. Ambos os partidos parecem ter reconhecido a importância desta mudança, tanto mais que os debates são transmitidos em directo pela Rádio Moçambique e são largamente escutados fora de Maputo.

Foram aprovadas na generalidade diversas peças de legislação que estão agora a ser trabalhadas nas comissões, incluindo: a lei de protecção aos trabalhadores infectados pelo HIV/Sida, uma importante alteração no sistema financeiro do governo e ainda mudanças no código penal.

O trabalho em comissões, longe do escrutínio do público, foi sempre mais construtivo e cooperativo e assim continua a ser. Esta sessão da AR está a mostrar ser menos tensa e mais construtiva – excepto na cansativa questão da lei eleitoral. Por outro lado aumenta o trabalho das comissões que estão a descobrir que não têm uma retaguarda de pessoal, formado e eficiente, que lhes permita manterem-se em dia com a sobrecarga de trabalho.

Outra importante mudança é uma nova comissão destinada a receber pedidos e reclamações do público. O público está cada vez mais a considerar a AR como um meio alternativo para corrigir aquilo que vê como má administração do governo. A terceira maior manifestação do lado de fora da AR foi feita por antigos trabalhadores na ex-RDA, no dia 28 de Novembro e pretendia levar os deputados a mudar uma posição do governo. As outras duas manifestações foram um

protesto da Renamo contra as eleições de 1999 e outro da sociedade civil exigindo a lei de protecção aos trabalhadores infectados pelo HIV/Sida, lei que foi aprovada nesta sessão.

Duas outras alterações no regimento da AR continuam a provocar discussão. Todas as leis que

venham a ser apresentadas ao plenário da AR devem ter um relatório sobre as implicações orçamentais da proposta. E o regimento estipula que não há debate na sequência do discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação. Anteriormente o Presidente mantinha-se na sala para responder no debate.

Primeiro Congresso da Renamo pós-guerra olha para o futuro

O primeiro congresso da Renamo desde o fim da guerra, deu ao seu presidente Afonso Dhlakama o poder de controlar pessoalmente o partido. Mas o Congresso reflecte também uma dupla transição – a longo prazo vai finalmente transformar a Renamo de movimento de guerrilha em partido político e a curto prazo abandona a posição de protesto contra as eleições de 1999 e prepara-se para as eleições locais de 2003 e gerais de 2004.

O Congresso teve lugar em 28-29 de Outubro em Nampula, com 640 delegados escolhidos em reuniões provinciais. Dhlakama foi re-eleito apenas com uma oposição simbólica. Mas os delegados seleccionaram um Conselho Nacional de 60 membros de um modo bastante transparente. Os membros foram escolhidos por província. Houve sempre mais candidatos que lugares a preencher. O voto foi secreto e a contagem foi pública, levando a noite toda. O mais importante foi que os delegados ao Congresso exprimiram os seus pontos de vista sobre a má organização ao não elegerem dois dos mais recentes secretários-gerais do partido – José de Castro (Francisco Marcelino) e João Alexandre – para o conselho nacional.

Dhlakama passou depois ao controle e o novo Conselho Nacional ratificou a proposta de Dhlakama para um Comité Político, de dez membros, baseado em Maputo. A maior parte dos seus membros, incluindo os dois antigos secretários-gerais, não tinham sido eleitos para o Conselho Nacional.

O Conselho também ratificou a opção de Dhlakama em Joaquim Vaz para o cargo de secretário-geral. Joaquim Vaz é talvez mais conhecido por ser autor dos diários capturados pelo governo na Gorongosa em 1985, que mostravam que a África do Sul continuava a apoiar e abastecer a Renamo, apesar de promessas em contrário na altura do Acordo de Nkomati, assinado no ano anterior. Nos últimos anos Joaquim Vaz tem vivido em Portugal.

Até agora a Renamo tem conservado a estrutura muito pessoalizada, centralizada e hierárquica, herdada da guerra de guerrilha. O partido estava desorganizado, o papel de cada funcionário não era claro e mesmo as pequenas decisões eram tomadas por Dhlakama. Embora o presidente retenha o seu poder pessoal quase total dentro do partido, o Congresso estabeleceu uma estrutura que deve resultar em melhor organização e em decisões de base mais alargada.

Com o Comité Político, Dhlakama parece estar a tentar criar um grupo assessor de confiança que reduza o seu isolamento. Terão reuniões semanais, com a presença do secretário-geral e do chefe da bancada na AR. David Aloni não é membro do Comité Político mas continua conselheiro pessoal de Dhlakama e é efectivamente o número 2 no partido.

Entretanto o Conselho Nacional vai reunir em Fevereiro, possivelmente na Beira, e lançar uma série de conferências provinciais para tentar reestruturar o partido a nível local e melhorar a organização na base. A nível provincial e distrital também haverá conselhos e comités políticos.

O Congresso concordou também em estabelecer um Conselho Judicial Nacional que será eleito pelo Conselho Nacional na reunião de Fevereiro e estará encarregado da regulamentação interna e auditoria do partido.

A nomeação de Joaquim Vaz como secretário-geral provocou alguns comentários uma vez que ele é pouco conhecido mesmo dentro da Renamo e não tem tido recentemente contactos com Moçambique. Fontes da Renamo argumentam que era preciso trazer alguém de fora para acabar com as lutas internas e que o secretário-geral não podia sair de uma das facções. Argumentam também que Vaz foi escolhido principalmente como administrador e organizador, isto é, mais um gestor do que um político, sendo alguém que dá a prioridade à organização do partido.

Mas fontes diplomáticas sugerem que uma parte substancial do custo do Congresso foi pago por empresários portugueses e que Vaz também representa a ligação com eles. Assim esta nomeação marca uma crescente influência da extrema-direita portuguesa na Renamo. O outro financiador do Congresso foi a Holanda (ver mais abaixo).

A Renamo tem argumentado sempre que atrasou o Congresso por falta de dinheiro e fez grandes esforços para manter os custos do Congresso os mais baixos possíveis. O encontro teve lugar num pavilhão desportivo em Nampula e a alimentação era simples.

A Frelimo debate a questão da presidência

A vitória por uma pequena margem nas eleições de 1999 e o anúncio feito por Joaquim Chissano de que não queria candidatar-se outra vez em 2004, tem provocado grande actividade dentro da Frelimo. O governo tem dado um vigor novo à sua prestação de serviços e ao combate da pequena corrupção. Ministros e funcionários superiores do governo e do partido têm passado mais tempo fora de Maputo, particularmente em Nampula e no vale do Rio Zambeze, para mostrar as caras, tentar responder às queixas locais e, de um modo geral, para reverter a imagem negativa da Frelimo que surpreendeu os seus dirigentes nas eleições de 1999. Até agora parece que a resposta tem sido positiva.

A Frelimo vai ter o seu Congresso em Maputo, em Junho de 2002, e nele vai ser eleito um presidente do partido e candidato presidencial às eleições de 2004. A Frelimo não tem procedimentos claros para a eleição do presidente. Os seus dois anteriores presidentes foram assassinados e o novo presidente foi escolhido rapidamente por figuras seniores do partido. A discussão sobre a escolha do novo presidente vai ser feita na reunião do Comité Central em Dezembro.

A Frelimo precisa de alguém capaz de manter o partido coeso e de ganhar a próxima eleição. Numa reunião de quadros do partido em Setembro foi pedido a Chissano que reconsiderasse a sua posição e se candidatasse de novo. Mas muitos dentro do partido também acham que Chissano agiu de acordo com a tradição de Julius Nyerere: tomou a decisão certa e agora é necessária uma direcção mais dinâmica.

A Frelimo nunca perdeu uma eleição e não tem experiência de oposição, mas pouco a pouco vai sendo evidente que vai perder o poder em alguns municípios em 2003 e pode mesmo ser forçada a passar à oposição nas eleições gerais. Assim há agora o início de discussões informais de como manter a máquina partidária operacional na oposição. Esta questão também condiciona a actual discussão sobre a revisão constitucional, com alguns dentro da Frelimo a quererem que mais poder passe do presidente para a Assembleia da República, mantendo todavia o sistema presidencialista.

Eleições locais à vista

Depois de terem ignorado as eleições municipais em 1998, as forças da oposição estão a levar muito a sério as eleições de 2003. Já chegaram à conclusão que as 33 cidades e vilas com presidentes e assembleias eleitos, têm realmente poder. Assim podem contribuir com experiência política e de gestão para os membros do partido e têm o potencial de gerar influências e dar emprego a membros do partido. Para os partidos mais pequenos e a oposição não-partidária, as municipalidades também dão a oportunidade de constituírem

‘Política paralítica’

Moçambique está longe de ser uma história de sucesso e pelo contrário “progride pouco na direcção da maturidade democrática”, avisa o Instituto de Estudos de Segurança da África do Sul. “O estado de paralisia da política moçambicana” está a conduzir “a um entrincheiramento permanente do minimalismo democrático”, argumenta a oficial de ligação do ISS de Maputo, Andrea Ostheimer, num artigo publicado pelo ISS no “*African Security Review*” (<http://www.iss.co.za/Pubs/ASR/10No1/Ostheimer.html>)

Andrea Ostheimer critica a tendência de caracterizar Moçambique como “uma história de sucesso” e avisa que Moçambique é ainda uma mera “democracia eleitoral” e mostra estar longe de ser uma “democracia consolidada” mais complexa e madura. Além disso, “Moçambique praticamente não demonstrou progresso na direcção da maturidade democrática” o que está a criar “níveis elevados de instabilidade política”.

Para a Autora, maturidade democrática significa que “para além do pluralismo partidário formal, a oposição tem de ter uma oportunidade real de conseguir o poder nas próximas eleições. Em última análise, a democracia só se desenvolve com a probabilidade de mudança no poder”.

Os dois maiores partidos são atacados pela Autora. “O próprio principal partido na oposição tem sido constrangido pela sua falta de imaginação política que o leva a não conseguir conceber mais do que a sua famosa estratégia do boicote”. Por seu lado o partido governamental ainda não mostrou “um compromisso suficiente com a democracia para aceitar a possibilidade de perder o poder político”.

uma base política em alguns locais, sem sere obrigadas a dispersar forças ao tentar cobrir o país inteiro.

Máximo Dias, secretário-geral do MONAMO, disse recentemente que o seu partido só concorria a alguns municípios, talvez mesmo apenas dois, e estava a analisar pesquisas nas províncias de Nampula e Zambézia para procurar saber quais seriam os municípios onde poderia ter mais possibilidades. Disse ainda que o MONAMO também estava a discutir se iria reactivar a sua coligação com outros partidos, o que lhe permitiria estar presente em mais algumas eleições municipais.

Raul Domingos por seu lado tem estado a fazer um périplo pelo país a recrutar membros para o seu movimento cívico IPADE, que ele criou depois de ter sido expulso da Renamo. Ao abrigo da legislação em vigor em 1998, e que vai possivelmente continuar válida em 2003, listas de cidadãos fora dos partidos podem concorrer – ao contrário das eleições de nível nacional onde são permitidos candidatos

independentes à presidência mas onde só os partidos podem apresentar listas de candidatos. Assim, o IPADE pode apresentar candidaturas para as eleições autárquicas de 2003.

Significativamente, o Congresso da Renamo confirmou que a prioridade do partido para 2002 será preparar-se para as eleições autárquicas. Em 1998, a Renamo boicotou as eleições locais.

O partidos precisam de bases a nível local para sobreviver

Os partidos políticos devem ter actividades a nível local se querem sobreviver num sistema multi-partidário no qual eleições periódicas permitem a alternância entre o governo e a oposição, afirmaram dois membros do Parlamento de Portugal numa reunião da AWEPA para partidos políticos entre 20 e 22 de Novembro.

Em menos de três décadas de multipartidarismo em Portugal (onde sob a ditadura e até 1974 os partidos políticos eram proibidos) os dois maiores partidos têm estado no poder por um período ininterrupto de cerca de uma década, sendo o outro o principal partido de oposição durante todo este período. Os dois deputados realçaram que, quando se é forçado a ficar na oposição a nível nacional, ainda se podem ter membros do partido como presidentes do Conselho Municipal em algumas cidades e ter a maioria em algumas assembleias municipais

Na experiência dos oradores, os eleitores não julgam os partidos apenas pelo seu desempenho a nível do governo central ou da oposição no Parlamento, mas também pelas boas políticas e pelos serviços que prestam a nível local.

Foi citado um exemplo em Portugal na década de 80, quando se formou um novo partido em torno dum forte dirigente popular que ganhou assentos no Parlamento. Este partido foi varrido nas eleições seguintes porque só existia a nível do Parlamento e da capital e não tinha delegações nem representantes

locais e nunca marcou presença a nível das comunidades. Em Moçambique isto aconteceu também com a UD em 1999.

Finalmente, os deputados portugueses citaram a importância dos governos locais para adquirir experiência e treino em política e gestão.

Ficou claro no seminário que muitos partidos reconhecem a importância dos governos municipais e estão a planear participar nas próximas eleições locais. Este será portanto um foco importante do programa da AWEPA. Outros focos serão reforçar as associações de mulheres e de jovens e a participação de mulheres nos partidos políticos e governos locais.

Participaram no seminário financiado pela Irlanda, quadros nacionais e provinciais da Frelimo, da Renamo e de 23 pequenos partidos.

Apoio Holandês aos partidos

O Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária é actualmente um dos mais importantes doadores dos partidos políticos em Moçambique. Este Instituto é uma fundação criada por sete partidos holandeses e está a iniciar o segundo ano de um programa de três anos no valor de 1 milhão e meio de US\$, em Moçambique. O dinheiro destina-se a capacitar os partidos e os seus quadros, mas não deve ser usado para pagar salários, equipamento ou campanhas.

Os partidos são informados de quanto dinheiro está disponível, o que pode ir desde 5 000 US\$ no primeiro ano para partidos mais pequenos até 40 000 US\$ para os dois partidos maiores. Estes devem apresentar propostas de como despender o dinheiro. Depois de o dinheiro ser gasto devem dar relatórios e prestar contas. No primeiro ano a Renamo gastou o dinheiro dado pelos holandeses nas conferências provinciais e para custear em parte o seu Congresso. A Frelimo usou o dinheiro para cinco conferências regionais. Alguns dos partidos mais pequenos estão a fazer uso do dinheiro para ajudar a criar a sua organização partidária.

Forçando os funcionários públicos a servir de facto o público

Novas regras do funcionalismo público, que vão entrar em vigor a partir de 15 de Janeiro, prometem melhorias substanciais na maneira como os funcionários actualmente lidam com o público. A modernização inclui regras e procedimentos mais claros, o fim de muitas das actuais exigências de assinaturas reconhecidas pelo notário, novo limite de tempo para decisões, encorajamento do uso do correio electrónico e o fim do longo intervalo de almoço herdado das autoridades coloniais portuguesas.

O Conselho de Ministros aprovou as novas Normas de Funcionamento da Administração Pública (decreto 30/2001) em 15 de Outubro. Estas aplicam-se não apenas ao funcionalismo público mas

também às 33 municipalidades e instituições públicas autónomas.

O horário normal de trabalho dos serviços públicos será das 7.30 às 15.30. Cada trabalhador terá apenas 30

minutos de intervalo de almoço, que será pago e considerado parte das 40 horas semanais de trabalho. Mas os serviços e escritórios estarão sempre abertos e o pessoal deve atender o público durante o período de almoço.

As bibliotecas, museus, escolas, hospitais, etc. estabelecem os seus próprios horários e o pessoal terá uma semana de 40 horas de trabalho. Numa concessão ao poder dos governadores provinciais, estes estão autorizados a mudar o horário de trabalho nas suas províncias.

Um dos novos conceitos importantes agora introduzido é que cada serviço que lide com público deve designar uma pessoa com formação elementar em relações públicas e que conheça bem a organização, para dar informações básicas a qualquer membro do público e encaminhá-lo à pessoa indicada para responder ao que pretende. Recepcionistas e telefonistas também vão receber formação em relações públicas.

A face pública da administração estatal também muda. Vão desaparecer as grades e painéis de vidro que separam actualmente os funcionários do público. Nas áreas de acesso do público devem estar afixados: informações sobre onde se dirigir para os diferentes tipos de pedidos, uma lista de todos os emolumentos, números de telefone e cópias de todos os formulários para requerimentos e declarações. Todo o pessoal tem de usar crachás com o seu nome. Pessoal dos escalões mais baixos como motoristas, guardas e recepcionistas, vão como ter uniformes.

As novas regras acabam com a necessidade de assinaturas e fotocópias autenticadas no notário. Qualquer carta ou formulário que exija uma assinatura reconhecida pode simplesmente ser assinada na frente do funcionário no acto de submeter os documentos; da mesma maneira, o funcionário pode aceitar fotocópias desde que lhe seja mostrado o original. Este serviço será gratuito e elimina um passo dispendioso além de perda de tempo em muitos procedimentos burocráticos.

Uma outra mudança notável é que em todos os serviços públicos vai haver uma linha telefónica, conhecida por "linha verde", que só pode ser usada para as chamadas que entram, feitas pelo público.

Haverá novamente livros de reclamações e sugestões tal como houve nos primeiros anos da independência.

Pela primeira vez haverá limites rigorosos de tempo. Os pedidos de informação devem ser satisfeitos no mesmo dia ou passados ao nível superior. As queixas devem ser respondidas dentro de 30 dias e funcionários superiores e governadores têm de dar relatórios regularmente sobre as queixas e as acções tomadas.

A menos que esteja previsto o contrário em outras leis, os funcionários do estado têm 10 dias para despachar toda a papelada relativa a qualquer pedido e passá-la à pessoa que deve tomar a decisão. Qualquer pedido não satisfeito em 15 dias deve ser considerado automaticamente rejeitado e o

Pesquisa mostra altos níveis de corrupção

Moçambique tem um dos mais elevados níveis de corrupção e crime do mundo, de acordo com uma pesquisa efectuada no início deste ano para a recentemente criada Ética Moçambique. A pesquisa baseada em inquéritos a 1500 pessoas das zonas rurais e urbanas nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula (sul, centro e norte) mostrou que, nos últimos seis meses, 45% das pessoas tinham sido vítimas de corrupção e no ano passado 41% tinha sido vítima de um assalto.

Pedidos de suborno foram mais comuns nos serviços de saúde onde uma pessoa relatou que teve de pagar um suborno para ter anestésico durante uma cirurgia. A seguir os pedidos mais frequentes de suborno situam-se na educação, depois na polícia e por fim nos funcionários do estado e a nível local.

Sobre as quantias pedidas, 31% foram de menos de 100 000 Meticais, 45% entre 100 000 e 1 milhão de Meticais, 22% entre 1 milhão e 10 milhões de Meticais e 4% mais do que isto. Estas quantias representam subornos avultados tendo em conta que o PIB por pessoa ainda se situa abaixo de 6 milhões de Meticais ao ano.

Num discurso no 25 de Junho, o Presidente Joaquim Chissano admitiu que se tornou normal para os funcionários públicos "exigirem pagamentos ilícitos para prestar um serviço que é função da administração pública" ou um funcionário da educação pedir um "agradecimento" para matricular um aluno, um enfermeiro pedir um "envelopezinho" antes de atender um doente, ou um polícia pedir uma "cerveja" em troca de devolver a carta de condução ao dono.

Chissano afirmou que não há diferença nenhuma entre este tipo de pequena corrupção e a "grande corrupção". Mas o esforço para combater a corrupção até agora parece só ter a pequena corrupção como alvo. Na sua introdução à pesquisa, o coordenador da Ética, Abdul Carimo Issa, lembrou os assassinatos de Carlos Cardoso e António Siba Siba Macuácuca, ambos mortos com o fim de os impedir de investigar altos níveis de corrupção nos bancos.

requerente pode iniciar acção legal. Isto reduzirá a tendência para deixar indefinidamente nas gavetas os casos difíceis.

Já houve mexidas em algumas leis para que assuntos não respondidos dentro de um dado período de tempo sejam automaticamente aprovadas (o oposto de automaticamente rejeitadas) e todas as instituições de estado têm até 15 de Março para fornecer uma lista não só de onde é que isto já está estabelecido em outras leis mas também de outras áreas que podem ser tratadas desta maneira.

Todos os serviços públicos têm de publicar o seu endereço de correio electrónico e as normas estabelecem que toda a correspondência electrónica terá o mesmo estatuto de qualquer outra carta. De facto todos os requerimentos podem ser feitos por correio electrónico a menos que exijam assinatura ou documento autenticado.

Há regras estritas sobre conflito de interesses que impedem os funcionários de estado de tomar decisões que digam respeito a familiares, incluindo primos, ou sobre os seus negócios particulares.

Embora as novas normas digam que “transparência implica a publicidade da actividade administrativa”, mantêm-se limites estritos sobre que informação pode ser levada ao público e estabelecem-se quatro níveis de classificação – segredo de estado, secreto, confidencial e restrito – e em cada departamento público deve haver um funcionário “classificador de informações”.

Algumas coisas não mudaram. Qualquer carta de um funcionário de estado deve ter o carimbo do serviço sobre a sua assinatura.

- Os procedimentos para o registo de terra também foram simplificados, com um impresso padrão, uma lista clara de requisitos (incluindo prova de consulta à comunidade local) e uma lista publicada sobre emolumentos. Todos os pedidos de uso de terra devem ser aprovados ou rejeitados dentro de 90 dias.

Pode a reforma do sector público acabar com a corrupção?

Este programa de 10 anos de reforma do sector público está a ser apresentado como a forma de combater a corrupção, além de tornar o aparelho de estado mais eficiente e eficaz. O discurso do Presidente Chissano de 25 de Junho de 2001 para apresentar a reforma focou principalmente a corrupção.

O processo está a ser supervisionado por uma Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público – CIRESP. O presidente da comissão é o actual Primeiro-Ministro, Pascoal Mocumbi, tendo o Ministro da Administração Estatal, José Chichava, como adjunto. A comissão é apoiada pela UTRESP (Unidade Técnica da Reforma do Sector Público). O Sector Público não compreende apenas ministérios mas engloba também os governos provinciais, distritais e locais, as empresas públicas e as instituições públicas.

O processo partiu do Banco Mundial que providenciou metade do financiamento total de 85 milhões de dólares e os documentos de base são muito parecidos com aqueles que o Banco Mundial usou em outros países. Tem cinco componentes: provisão do serviço público, formulação política e monitoramento, profissionalização do pessoal do

sector público, gestão das finanças públicas e boa governação e combate à corrupção.

Como todos os programas do Banco, inclui alguma privatização e contratação de serviços. A tónica é posta na redução da burocracia, simplificação dos sistemas, e descentralização. Mas o programa de reforma difere em dois aspectos dos programas do Banco em outros países – não faz apelo à redução do número de funcionários públicos e apela a aumentos significativos de salário para o pessoal mais qualificado, de modo a competir efectivamente com os sectores ligados à comunidade doadora e sector privado.

O programa também reconhece que salários baixos conduziram à desmoralização e absentismo, apesar de alguns aumentos nos salários reais nos últimos anos. É proposto um fundo comum de vários doadores para compensações nos salários do pessoal de nível mais alto.

A formação é considerada essencial, uma vez que mais de metade de todos os gestores da função pública não têm o nível de educação formal que o posto exige. E é óbvio que algumas pessoas serão demitidas ou vão para a reforma. O Ministro da Agricultura, Hélder Muteia, recordou que no passado quando um funcionário público não era competente no seu trabalho, a solução do governo era admitir outro e por vezes um terceiro, na esperança de que a “soma de três incompetentes tivesse como resultado a competência”.

O programa de 10 anos está dividido em duas partes, com os primeiros três anos destinados ao que o Banco Mundial chama de “impacto imediato”. Grande parte disto está incluído nas novas normas do serviço público. Outros incluem simplificações para regras de importação de carros usados e afixação de uma lista de custos em todos os postos de saúde.

A esperança no início era de que fosse considerado como um único programa para o qual os doadores contribuiriam, mas os doadores já obrigaram a parti-lo em vários projectos. Com isso verifica-se já alguma duplicação e competição à medida que os doadores dão forma aos projectos de modo a servirem os seus próprios interesses.

- O discurso do Presidente Chissano de 25 Junho e os documentos relevantes estão publicados pela Imprensa Nacional de Moçambique em *Estratégia Global da Reforma do Sector Público 2001-2011*.